



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/043/161//2016  
Data: 28/04/16 – Fls.: 23

**ASSUNTO: : BAIXA DE ESTOQUE DE PRODUTOS DANIFICADOS - DIFERENÇAS FALTANTES**  
**PROCEDIMENTOS PREVISTOS NO ARTIGO 102 DO ANEXO XIII DA PARTE II DA**  
**RESOLUÇÃO 720/14.**

**CONSULTA Nº 036 / 2016**

A empresa consulente, com objeto social, entre outros, a industrialização, beneficiamento e comercialização de produtos e substâncias para alimentação animal, vem solicitar o entendimento desta Coordenação em relação ao procedimento fiscal das baixas de estoque sobre produtos avariados e diferenças de estoque

A consulente expõe , em síntese, que realiza, **frequentemente**, a baixa de diversas mercadorias de seu estoque, devido a diversos problemas no transporte e manuseio, que acabam danificando a embalagem dos produtos, o que pode tornar as mercadorias impossibilitadas de comercialização.

A empresa destaca o disposto no artigo 102 do Anexo XIII da Parte II da Resolução SEFAZ 720/14, que trata da inutilização ou perda de mercadoria.

De acordo com o mencionado artigo a empresa emite, dentro do mês da ocorrência, uma Nota Fiscal de saída, com destaque do ICMS, no CFOP 5.927 - Lançamento efetuado a título de baixa de estoque decorrente de perda, roubo ou deterioração – e até o dia 10 do mês subsequente monta um processo, com fotos de alguns produtos avariados, e envia para a SEFAZ solicitando a autorização. Nesta linha, cita o Processo 0/079/849/2016, protocolado em 17/02/16, ainda pendente de retorno da SEFAZ .

O processo encontra-se instruído com comprovantes para pagamento da TSE (06/07'); com cópias da documentação da empresa e documento pessoal (fls. 08/18) dos representantes legais da consulente.

Consta, ainda, despacho da IFE 10, às fls. 18, informando que a empresa não está sob ação fiscal e não há auto de infração relacionado à matéria.

**II - ISTO POSTO, CONSULTA:**

*“Desta forma, gostaria de uma orientação de como deverá ser o procedimento, ou mesmo, se existe alguma alternativa salientando que estamos apenas nos referindo aos processos de baixas por avaria e diferenças faltantes de inventários, pois de acordo com o referido artigo todo esse trâmite deverá ser comunicado à repartição fiscal até o dia 10 do mês subsequente ao que se verificar a ocorrência, porém esse processo deverá ser feito com muita frequência, como estamos estornando um crédito de imposto*



**Governo do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria de Estado de Fazenda**  
**Superintendência de Tributação**  
**Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/043/161//2016  
Data: 28/04/16 – Fls.: 23

*gostaria de saber se realmente se faz necessário montar todo esse processo com fotos para enviar a SEFAZ solicitando autorização, uma vez que ao emitir referida NF o imposto já será destacado e recolhido.*

*Caso essa opção não seja possível, gostaria então de saber se existe a possibilidade de algum regime especial para que o prazo de apresentação deste relatório seja maior, por exemplo, trimestralmente, se essa for a melhor alternativa, quais os procedimentos para solicitar esse regime especial.”*

### **III – RESPOSTA:**

Preliminarmente, transcrevemos o artigo 102 do Anexo XIII da Parte II da Resolução 720/14, questionado pela consulente:

Art. 102. A inutilização ou perda de mercadoria deve ser comunicada à repartição fiscal de vinculação do contribuinte, por escrito, **até o dia 10 (dez) do mês subsequente** àquele em que se verificar a ocorrência.

§ 1.º A comunicação deve mencionar a espécie, a quantidade, o valor da mercadoria e o imposto correspondente.

§ 2.º O estorno do crédito, se houver, **será efetuado no prazo de 60 (sessenta) dias**, contado da ocorrência, mediante emissão de Nota Fiscal, que deve ser escriturada no registro próprio destinado à informação do documento fiscal.

Destacamos.

Ao inverso do que a consulente alega, entendemos que, nas empresas com processos e logística adequadas (ressalvados os casos fortuitos) a ocorrência de inutilização ou perda de mercadoria não pode ser regra, devendo ser exceção nas suas operações com mercadoria. Assim, espera-se que não ocorram com muita frequência, nas referidas operações.

Quanto à montagem dos processos **com fotos**, apesar de não haver esta previsão na legislação, para o caso em tela, entendemos que qualquer informação ou recurso adicionais facilita o trâmite do processo e as diligências promovidas pela autoridade fiscal, a fim de apurar a regularidade do estorno do crédito, nos termos do artigo 106 do mesmo anexo.

Desta forma, entendemos que são adequados e devem ser observados os procedimentos previstos no mencionado artigo 102 para os casos de inutilização ou perda de mercadoria.

Quanto à possibilidade de regime especial para um prazo mais dilatado para a comunicação da ocorrência à repartição fiscal, destacamos que o requerimento da pretensão é uma opção dada ao contribuinte, observado o disposto no Título VIII – Dos Regimes Especiais de Obrigações Acessórias – do Livro VI do RICMS-RJ/00, aprovado pelo Decreto n.º 27.427/00.



**Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Fazenda  
Superintendência de Tributação  
Coordenação de Consultas Jurídico-Tributárias**

**Serviço Público Estadual**  
Proc. E-04/043/161//2016  
Data: 28/04/16 – Fls.: 23

Destacamos, contudo, que a concessão de regime especial, é um atos discricionário, podendo ser concedido pelo Fisco, atendendo aos princípios de maior simplicidade, racionalidade e adequação em face da natureza das operações realizadas pelo requerente, nos termos do artigo 52 do Livro VI do RICMS-RJ/00.

**CCJT, em 10 de abril 2016.**